



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
UISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 82 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

---- Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e trinta minutos, realizou-se, por videoconferência, a reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicado, os seguintes membros: -----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.416	Presidente	Joaquim António Marques Bonifácio
Carregal do Sal	9.500	Presidente	Rogério Mota Abrantes
Castro Daire	15.372	Presidente	Paulo Martins de Almeida
Mangualde	18.844	Presidente	Elísio Oliveira Duarte Fernandes
Nelas	13.149	Presidente	José Manuel Borges da Silva
Oliveira de Frades	9.066	Presidente	Paulo Manuel Robalo da Silva Ferreira
Penalva do Castelo	8.134	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	10.936	-----	-----
São Pedro do Sul	16.387	Vice-Presidente	Pedro Miguel Mouro Lourenço
Sátão	13.814	Presidente	Paulo Manuel Lopes dos Santos
Tondela	26.767	Presidente	José António Gomes de Jesus
Vila Nova de Paiva	6.687	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	94.295	Vereador	João Paulo Lopes Gouveia
Vouzela	9.413	Presidente	Rui Miguel Ladeira Pereira

---- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte:-----

---- Ponto Único: Análise, discussão e tomada de posição, no âmbito da colocação em discussão pública do “Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro”-----

---- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver “quórum” para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião.-----

---- Período da Ordem do Dia.-----

---- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho Intermunicipal, do Secretário Executivo, Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

---- Quanto ao **ponto único da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e tomada de posição, no âmbito da colocação em discussão pública do “Plano de Recuperação e

Resiliência (PRR) – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro” - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, colocou à apreciação dos presentes o assunto em apreço.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Vereador da Câmara de Viseu, João Paulo Gouveia, o qual começou a sua intervenção, referindo, que o seu Município já tinha analisado o mesmo, pelo que iria enviar um parecer para a ANMP, sendo que iria dar conhecimento do mesmo à CIM. -----

---- Neste sentido, o Senhor Vereador continuou a sua intervenção, dando a conhecer as linhas gerais do referido Parecer, tendo para o efeito referido que este era o PRR possível, sendo que via no documento coisas positivas, mas que o mesmo continha outras com as quais não concordava, sendo exemplo das coisas positivas o facto de integrar investimentos importantes como EN229, quer a questão da variante quer a da sua requalificação, uma vez que iria desonerar os municípios de Sátão e de Viseu do investimento que aí iriam fazer.-----

---- Continuou a sua intervenção, referindo, também, o documento acentua as assimetrias existentes no País, pois o mesmo não se apresenta como a alavanca que os territórios do interior e mais desertificados necessitam para reduzir as assimetrias em relação ao litoral.

---- Referiu, ainda, não concordar com o facto de cinquenta por cento dos valores inscritos no PRR já se encontrarem pré-determinados, sendo que nos restantes cinquenta por cento nada ser dito sobre a forma de aplicação do mesmo. -----

---- Continuou a sua intervenção, referindo, lamentar o facto de o documento em apreço não dar a devida atenção ao setor empresarial, nomeadamente às PME's, uma vez que quando cessarem as moratórias e as empresas e as famílias ficarem novamente sobrecarregadas, o número de falência e os números do desemprego irão subir significativamente e o plano estratégico como este não prevê nenhuma medida de grande alcance para esta área. -----

---- Concluiu a sua intervenção, lamentando, o facto do PRR não afirmar uma aposta na ferrovia para o interior, nem tão pouco ter em consideração investimentos importantes para a área da proteção civil, no que à região dizia respeito, abdicando-se, desta forma da colaboração dos municípios para se garantir a boa execução dos fundos, aproveitando para, reduzir as assimetrias regionais existentes.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vouzela, Rui Ladeira, que começou a sua intervenção, afirmando, concordar na generalidade com a intervenção do Senhor Vereador da Câmara de Viseu. -----

---- Continuou a sua intervenção, salientando, que a CIM Viseu Dão Lafões não se pode conformar com o facto de as prioridades enunciados pela CIM, no documento estratégico aprovado no Conselho Regional do Centro não constarem do PRR, pelo que achava se este o momento para uma tomada de posição forte e em uníssono do Conselho Intermunicipal. -----

---- Salientou, ainda, o Senhor Presidente da Câmara de Vouzela, que o PRR não identificava um investimento capaz de catapultar o interior, ou que se pudesse afirmar o mesmo como um investimento que irá aproximar a região dos níveis de competitividade do demais território nacional, o que era grave, no seu entender.-----

---- Referiu, ainda, que se a versão final do PRR não tiver descrito, de forma clara, as prioridades enunciadas pelo Conselho Intermunicipal, temos de considerar tal atitude com uma afronta intolerável, não ao Conselho Intermunicipal, mas sim às populações de Viseu Dão Lafões. -----

---- Concluiu a sua intervenção, afirmando, ser crítico que o Conselho Intermunicipal tome uma posição clara sobre esta matéria, deixando claro para as populações que não foi por falta nem de propostas nem de capacidade reivindicativa que os investimentos estruturantes para a região não constam do PRR, mas que isso se deve a uma opção lamentável do Governo.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, José António de Jesus, que começou a sua intervenção, afirmando, que o que se estava a debater no âmbito do PRR não era, apenas, o PRR, mas sim um conjunto de investimentos que deveriam ser estruturantes para o País e, também, para a região Viseu Dão Lafões, que deveria entroncar com a estratégia de Portugal para 2030. -----

---- Continuou a sua intervenção, salientando, que se essa discussão não acontecer, agora, todos sairão a perder, razão pela qual entende que o posicionamento futuro da CIM deve ser único e unânime. -----

---- Nesse sentido, referir ser importante que sejam tidas em consideração as seguintes questões:-----

---- 1 – Qual é ou será o modelo de gestão associado ao PRR? Não se pode deixar de referir que a estratégia que já lá se encontra perfeitamente identificada aponta para intervenções nos municípios que integram as duas áreas metropolitanas.-----

---- A este propósito, o Senhor Presidente da Câmara de Tondela, referiu, que o documento apontava com um fator importante a problemática da habitação, dedicando-lhe, inclusive, um valor muito significativo, enquanto focaliza o mesmo nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, esquecendo que o resto do País, também, tinha, problemas nesta área que importava resolver em simultâneo.-----

---- Neste sentido, referiu ser importante que, tal como defendido pela CIM, os investimentos a realizar não fiquem sob a tutela do Governo, mas que seja descentralizada a gestão para as CCDR's.-----

---- 2 – Se não quisermos ser o resto do País, o local onde se morre, não é necessário instigar o Governo a que sejam criadas métricas regionais claras, justas e equitativas para as diversas regiões.-----

---- Neste sentido o PRR tem de ser claro sobre a forma como se irá investir na habitação, nos cuidados paliativos, nos cuidados continuados, nas respostas sociais, ou seja, em todas as áreas de intervenção. -----

---- Referiu, ainda, ser preocupante a total ausência das referidas métricas ou até de mapeamento dos investimentos, tornando-os, desta forma, mais claros para todos, tanto mais que, em determinados casos era capaz de se ver identificado um investimento num troço de três ou quatro quilómetros.-----

---- 3 – O documento não reflete, em lado nenhum, a estratégia de investimento na saúde proposta pela CIM Viseu Dão Lafões, razão pela qual não podemos deixar de tecer as mais duras críticas ao mesmo, tanto mais que são investimentos necessários e reconhecidos como tal por todos, inclusive pelo Governo. -----

---- 4 – Se o PRR é capaz de identificar de forma clara uma medida de investimento específica para os municípios a sul do IP3, tem, também, de ser capaz de identificar e dotar financeiramente a mesma medida para os municípios a norte, admitindo-se, para tal, a necessidade de se concluir o IC6, fechando-se, desta forma a malha rodoviária. -----

---- Concluiu a sua intervenção, apelando, a que se fizesse uma reflexão profunda sobre esta matéria.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Paulo Martins de Almeida, que referiu que não se podia ter qualquer sentimento de tranquilidade com o

documento apresentado, pelo que concordava com a tomada de posição pública da CIM sobre o mesmo, nomeadamente nos termos apresentados pelo Senhor Presidente da Câmara de Tondela.-----

---- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, que começou a sua intervenção, afirmando, que depois de se ter apresentado e aprovado o documento promovido pela CIM, no Conselho Regional, não mais tinha tido qualquer tipo de feedback sobre o mesmo.-----

---- Continuou a sua intervenção, referindo, que se cada um dos municípios presentes tomar uma posição individual a soma das mesmas será manifestamente mais fraca do que uma única posição conjunta, a do Conselho Intermunicipal, razão pela qual apelava a que apenas houvesse uma posição pública da região, nomeadamente ao Município de Viseu que já tinha afirmado ter aprovado internamente essa tomada de posição.-----

---- Referiu, ainda, que caso os demais presidentes entendam subscrever o documento apresentado pelo Senhor Vereador João Paulo Gouveia que o mesmo seja remetido como sendo uma posição unânime da região.-----

---- Concluiu a sua intervenção, afirmando, concordar com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara de Tondela, á qual apenas acrescentava o facto de as PME's estarem completamente esquecidas pelo PRR, o que era de lastimar.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Elísio Oliveira, que começou a sua intervenção, afirmando, concordar com a intervenção feita pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal.-----

---- Continuou a sua intervenção, referindo, que o Município de Viseu tinha a responsabilidade política e moral de se manter em sintonia com a CIM de forma a garantir-se que a posição saída deste Conselho Intermunicipal é única e conjunta.-----

---- Referiu, ainda, concordar com a visão explanada pelo Senhor Presidente da Câmara de Tondela, sendo que se deveria reivindicar de forma clara a necessidade de o PRR contemplar os investimentos aprovados em sede de Conselho Regional, pelo que se fosse necessário se deveria contactar as demais CIM's da Região Centro para concertar posições.-----

---- Concluiu a sua intervenção, dando nota da falta de investimento na área do ciclo urbano da água, pelo que, também, se deveria reforçar a necessidade de o documento final contemplar esse setor.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de São Pedro do Sul, Pedro Mouro, que começou a sua intervenção, referindo, concordar com a intervenção do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, uma vez que, na sua opinião este era um momento importante para o território, pelo que a única imagem aceitável a transmitir era a de unidade.-----

---- Continuou a sua intervenção, salientando, que se deveriam abordar as demais CIM's da Região Centro para, em conjunto, se reivindicar a inserção, de forma clara e inequívoca, dos investimentos aprovados no Conselho Regional.-----

---- Concluiu a sua intervenção, propondo, que fosse dada carta branca ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, em conjunto com o Senhor Secretário Executivo, para tomarem as posições públicas que entendessem como as melhores para a defesa da região, uma vez que no atual documento não era perceptível se algum dos investimentos reivindicados pela CIM estavam ou não contemplados, sendo que seria legítimo pensar que não, uma vez que o documento tinha um conjunto de investimentos, de pequena dimensão que estavam claramente identificados.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Vereador da Câmara de Viseu, João Paulo Gouveia, que começou a sua intervenção, referindo, que o seu município tudo tinha e tem feito para que tudo corra pelo melhor entre os catorze municípios e dentro da CIM.-----

---- Continuou a sua intervenção, esclarecendo, que o documento mencionado na sua primeira intervenção, era a posição da Câmara de Viseu sobre o PRR e que a mesma se destinava a remeter à ANMP e, também, para a comunicação social, sendo que o mesmo era o fruto do trabalho desenvolvido internamente nos últimos quinze dias.-----

---- Concluiu a sua intervenção, referindo, que não via qualquer tipo de problema em que o documento preparado pelo Município de Viseu circulasse pelos Senhores Presidentes e caso estes entendessem subscrevê-lo o fizessem.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vouzela, Rui Ladeira, que referiu ser importante que a região tenha uma linha condutora, clara e única para os investimentos que pretende ver implementados no território, pelo que na sua opinião a estratégia de intervenção deveria estar alicerçada na proposta apresentada e aprovada no Conselho Intermunicipal.-----

---- Concluiu a sua intervenção, referindo, que se devia voltar a enfatizar a preocupação da região com o facto de não estar a ser considerada a descentralização da gestão do PRR nas CCDR's.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Nelas, Borges da Silva, que começou a sua intervenção, referindo, que era importante que os presentes não se esquecessem que os fundos em apreço terão de estar executados até ao ano 2026, pelo que a gestão e coordenação dos investimentos a realizar tem de ser exigente e capaz de garantir que o País não perde esse dinheiro.-----

---- Continuou a sua intervenção, salientando, que os projetos a incluir no PRR têm de ter maturidade suficiente para permitir a sua integração e posterior execução.-----

---- Neste sentido, referiu o Senhor Presidente da Câmara de Nelas, o IC12 era e é uma obra importante e que só não a propôs para o PRR por ter consciência de que a mesma não tinha maturidade suficiente, dado não existir projeto, nem os estudos e pareceres necessários à sua execução e como tal não seria possível ter a mesma concluída dentro do prazo.-----

---- Continuou a sua intervenção, referindo, não lhe parecer que o interior esteja a ser prejudicado no PRR apresentado, uma vez que existia um valor financeiro muito significativo, cerca de 75% do valor global, que abrangia todo o País, contudo, concordava que faltava conhecer a sua territorialização. -----

---- Referiu, ainda, que a principal lacuna que encontra no PRR era o facto de ele ter sido construído para dar resposta ao impacto gerado pela primeira vaga da pandemia, pelo que não está suficientemente dotado para responder aos problemas da economia, tal como agora os conhecemos. -----

---- Concluiu a sua intervenção, afirmando, concordar com a tomada de posição anteriormente enunciada, nomeadamente para reforçar a vontade do Conselho Intermunicipal em vez plasmados os investimentos que aprovou no Conselho Intermunicipal e, também, no Conselho Regional, sendo que a posição a sair da presente reunião deveria ser a única da região, pois não tinha redigido nenhuma uma vez que sabia que se ia realizar esta reunião.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva, José Morgado Ribeiro, que começou a sua intervenção, referindo, que o principal do PRR era não concretizar os investimentos, com a exceção dos investimentos no metro, razão pela qual achava que o PRR dava resposta às reivindicações da região, porque se consegue perceber que vai haver muito investimento na área da saúde, apenas não estavam identificados os investimentos em concreto.-----

---- Continuou a sua intervenção, referindo, que também, a área social tinha investimentos contemplados, tal como era vontade de Viseu Dão Lafões, mas que, mais uma vez, os mesmos não apareciam enunciados e como tal provocava o desconforto de não se ter a certeza de que os investimentos aprovados pela CIM estavam ou não contemplados. -----

---- Concluiu a sua intervenção, propondo, que fosse questionado o Governo sobre a forma como os investimentos aprovados pelo Conselho intermunicipal iriam chegar ao território bom como o apelo para que o valor a investir no âmbito do ciclo urbano da água fosse claramente reforçado.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Vereador da Câmara de Viseu, João Paulo Gouveia, que começou a sua intervenção, referindo, compreender as posições dos presentes, contudo o documento que tinha apresentado na sua primeira intervenção já tinha sido remetido à ANMP, uma vez que esta solicitava a emissão de pareceres sobre o PRR até ao dia 23 de fevereiro.-----

---- Concluiu a sua intervenção, reiterando, que o Município de Viseu estava disponível para que o referido documento pudesse ser subscrito pelos demais municípios presentes, sendo que não podia deixar de referir que o que a ANMP tinha solicitado aos municípios era que estes se pronunciassem sobre o documento como um todo e não sobre o que poderia ou deveria lá estar e que não estava.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que começou a sua intervenção, referindo, que a CIM Viseu Dão Lafões no passado mês de novembro tinha liderado a discussão relativa ao PRR nomeadamente sobre a problemática do modelo de gestão dos fundos, designadamente sobre a regionalização da gestão dos fundos do PRR, de forma a que não fosse promovida a centralização da sua gestão. -----

---- Continuou a sua intervenção, salientando, que nesse sentido se tinha apresentado um documento, em conjunto com as demais CIM's do Centro, no Conselho Regional, o qual tinha sido aprovado por esmagadora maioria onde, entre outras, estava plasmada a proposta de regionalização dos fundos.-----

---- Referiu, ainda, que nesse mesmo documento constavam as propostas apresentadas e aprovadas pelo Conselho Intermunicipal, das quais se destacavam o Centro Oncológico e os investimentos na área da psiquiatria e dos cuidados continuados. -----

---- O Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, salientou, ainda, que, se tinha percebido bem, o documento apresentado pelo Município de Viseu se destinava a

informar a ANMP, para que esta pudesse construir a sua posição, outra coisa era a vontade do Conselho Intermunicipal de tomar uma posição pública sobre o conteúdo do presente documento, sendo que a preocupação que tinha percebido das diversas intervenções dos Senhores Presidentes se situava no facto de no PRR não constarem os investimentos reivindicados pela região, quando de outras zonas do País constam e de nada ser dito sobre a regionalização dos fundos, tal como, também, requerido pela CIM e pelo Conselho Regional. -----

---- Continuou a sua intervenção, referindo, que a CIM tem identificados os investimentos a realizar no território, sendo que o documento aprovado no Conselho Intermunicipal não se cinge apenas a investimentos a apresentar ao PRR, constituindo-se como uma base de trabalho que poderá e deverá ser conjugada entre o PRR e o Portugal 2030, estando elencados os diversos investimentos a realizar por área de intervenção, como sejam as áreas de acolhimento empresarial, na área da saúde, adaptação às alterações climáticas, ciclo urbano da água, missing links ou transição digital, entre outros. -----

---- Concluiu a sua intervenção, referindo, que era importante perceber as razões pelas quais o documento apresentado pelo Conselho Regional não tinha sido tido em consideração ou se esses investimentos estavam considerados no PRR porque é que não tinham um detalhe mais fino, tal como se verificava com outros investimentos claramente identificados no PRR. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vouzela, Rui Ladeira, que afirmou concordar com a necessidade de o Conselho Intermunicipal tomar uma posição pública a reiterar a necessidade de serem claramente inseridos no PRR os investimentos aprovados pelo Conselho Intermunicipal. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva, José Morgado Ribeiro, que começou a sua intervenção, afirmando, concordar com a intervenção do Senhor Secretário Executivo. -----

---- Continuou a sua intervenção, referindo, que a CIM já tinha feito o trabalho de casa ao identificar quais eram os investimentos importantes e estratégicos para a região.-----

---- Concluiu a sua intervenção, concordando, com a necessidade de se tomar uma posição pública no sentido de perceber a forma como o dinheiro de cada umas das áreas constantes no PRR irão chegar ao nosso território, quem os irá gerir e como será operacionalizado.-----

---- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, que julgando interpretar a vontade do Conselho Intermunicipal, propôs, que fosse elaborado um documento, refletindo, a vontade do Conselho Intermunicipal relativamente ao PRR apresentado pelo Governo, sendo que o mesmo deveria refletir, o modelo de governança do PRR, com especial enfoque na regionalização dos fundos e no papel dos municípios e das CIMs; a identificação dos investimentos prioritários para o nosso território, por área temática. Propôs, ainda, que esta tomada de posição fosse remetida ao Senhor Ministro do Planeamento, à Senhora Ministra da Coesão, à Senhora Presidente da CCDR do Centro e ao Senhor Presidente da ANMP e que, também, fosse dada conta, publicamente, desta mesma tomada de posição. A presente proposta foi aprovada, por unanimidade. -----

---- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, declarou encerrada a reunião, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi. -----